

12º CONGREJUFE

Sumário

Defender a Fenajufe e avançar na luta pela unidade da categoria e nas lutas da classe trabalhadora	2
Nas bases, na mobilização e na greve	6
Balanço da Gestão 2022-2025: Conquistas, Mobilização e Perspectivas Futuras	10

12º CONGREJUFE

3 – Balanço da Gestão e atuação da Fenajufe

TÍTULO:

Defender a Fenajufe e avançar na luta pela unidade da categoria e nas lutas da classe trabalhadora.

TEXTO:

A atual gestão da direção da Fenajufe (2022-2025) atravessou um período de incentivo irresponsável à divisão na categoria. A desfiliação de sindicatos de base e a tentativa de criação de sindicatos por ramo tem um custo alto para todos os trabalhadores do judiciário federal e MPU.

Passados menos de 4 anos desde a desfiliação do Sindjus/DF, cujos motivos reais até hoje seguem sem explicação, é fácil fazer o balanço. Perderam os colegas de Brasília e perderam os servidores de todos o país. A divisão tem sido notadamente aproveitada dos tribunais que jogam na divisão para tentar arrefecer a capacidade de luta da categoria.

Da mesma forma, a desfiliação de uma central sindical cobrou o seu preço. O isolamento das lutas gerais dos trabalhadores distanciou parte dos sindicatos de toda a classe trabalhadora. A concentração da pauta em questões pautas específicas acabou por levar parte da categoria a acreditar que existe saída isolada, como se a dinâmica da luta pelas nossas reivindicações não estivesse colada com o curso da própria classe. Esta lógica é a reprodução da defesa de sindicatos por cargo, em última análise.

Nesse aspecto destacamos a tentativa de criação de um sindicato nacional dos oficiais de justiça, cujos meios duvidosos são objeto de questionamento. Um pequeno sindicato com poucos servidores seria capaz de enfrentar a ofensiva da magistratura sobre o orçamento ou os projetos de privatização de partes do próprio judiciário? Um sindicato pequeno teria condições de enfrentar a implementação da residência jurídica em todo o país? É claro que não e seus criadores sabem disso. Mas sua preocupação em buscar pequenos espaços entre a cúpula do judiciário é maior que a capacidade de ver o todo e concluir que somente nossas entidades gerais tem as condições de organizar a luta contra os ataques em curso.

12º CONGREJUFE

É sobre esta questão que a Fenajufe está confrontada. A divisão interna nos deixará em situação ainda mais frágil diante de projetos de extinção de cargos, não reposição de perdas e a ofensiva contra o concurso público e o Regime Jurídico Único. É preciso seguir enfrentando os movimentos divisionistas.

Não só a Fenajufe, como os sindicatos de base foram confrontados com as dificuldades de mobilização oriundas do teletrabalho. A presença intermitente dos colegas nos locais afetaram a organização sindical na base. É uma realidade que precisa ser enfrentada com a própria conscientização da categoria.

A boa atuação parlamentar e também junto aos tribunais não será suficiente para transpor os obstáculos colocados pelos limites do arcabouço fiscal e pelo movimento ainda mais patrimonialista da magistratura. Se trata de ver o conjunto da situação. Somente a unidade da categoria, combinada com a força de toda classe no setor público e privado que pode por fim ao cerco às reprimidas demandas dos trabalhadores.

Além da luta pela nova carreira e pela recomposição salarial, é preciso dar lugar à regulamentação da Convenção 151 da OIT e o projeto em discussão no âmbito das centrais sindicais. Da mesma forma, é preciso se integrar no debate e nas ações nas três esferas (CNTE, CONFETAM, CONDSEF) da defesa do RJU, duramente ameaçado por recente decisão do STF.

Nesse último período ficou evidente que existe uma visão que entende que a própria existência dos servidores públicos concursados atrapalha um determinado projeto de judiciário, onde a instituição da residência jurídica é um elemento mais bem-acabado dessa ameaça a própria existência dos servidores do judiciário, e evidencia os próximos ataques que a categoria sofrerá.

Salarialmente, a realidade que tem sido imposta aos servidores do judiciário federal no último período tem sido a da disputa interna do orçamento com as autoconcessões da magistratura. Licença compensatória, quinquênios, e outros “atrasados” e “indenizações” tem sido uma constante marcada por uma voracidade em cima do orçamento do judiciário.

12º CONGREJUFE

Já em relação as reivindicações dos servidores, invariavelmente é colocado as impossibilidades orçamentarias ou falta de previsão legal. Assim como foi em relação a reivindicação de antecipação do nosso reajuste. Contudo, a categoria tem respondido positivamente sobre ao tema da denúncia das autoconcessões da magistratura, compreendendo o quadro de disputa do orçamento interno, o que se torna um forte potencializador da mobilização. A Fenajufe cumpriu um papel importante nesta questão.

Corretamente a Fenajufe criticou o arcabouço fiscal aprovado no governo Lula e suas consequências para o servidores e aos trabalhadores em geral. À época, afirmou que “ na prática são gatilhos e amarras que causam prejuízos aos servidores e servidoras, como a proibição de concursos públicos e reajuste salarial caso haja o descumprimento de metas fiscais por parte do governo federal durante os próximos anos.” E segue em nota “temos ciência que o Congresso Nacional ecoa o discurso antiservidor e antiserviço público; não estamos alheios à correlação de forças do Congresso. Nossa Federação, como entidade autônoma e independente de Governos, STF e partidos, não se omitirá contra gatilhos e amarras que fazem servidores e servidoras pagarem a conta!”

Não há realidade que separa a Federação dos sindicatos de base, os desafios são os mesmos. O balanço das situações enfrentas pela direção da Fenajufe e seus sindicatos filiados é, portanto, um balanço de conjunto e coletivo, não sendo dificuldades de algum setor específico da categoria.

As lições a se tomar do balanço são de que para podermos ter êxito na luta pela recuperação das perdas salariais, a Fenajufe deve colocar no centro da sua atuação a luta pela unidade da categoria, a percepção do obstáculo que são as autoconcessões da magistratura, a luta pelo preenchimento dos cargos e defesa do concurso público contra iniciativas como o da residência jurídica. É preciso reatar laços com o conjunto da classe trabalhadora para darmos conta de tamanha tarefa.

Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin - RS

APOIO

12º CONGREJUFE

Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin JT-RS
Jaqueline Albuquerque Aposentada TRT-PE
Marcelo Machado Carlini JF-RS
Katia Saraiva TRT-PE

ENDOSSOS

Katia Saraiva TRT-PE Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin JT-RS
Marcelo Machado Carlini JF-RS
Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin JT-RS

12º CONGREJUFE

3 – Balanço da Gestão e atuação da Fenajufe

TÍTULO:

Nas bases, na mobilização e na greve

TEXTO:

Balanço da Gestão e Atuação da Fenajufe – Triênio 2022/2025

1 – Quando foi fundada em 8 de dezembro de 1992, a Fenajufe sempre teve como centro o papel histórico de unificar a nossa categoria, as lutas das servidoras e servidores do Judiciário, além de defender os serviços públicos. Hoje, 32 anos depois, vemos que essa história teve várias fases, atingindo, na atual gestão, um momento muito crítico que precisa de um profundo balanço para interromper o processo de enfraquecimento, burocratização e perda de protagonismo da Fenajufe.

2 – A atual gestão, que finaliza seus trabalhos em 2025, atuou sob o governo de dois presidentes da República: Jair Bolsonaro e, agora, o governo Lula. É importante destacar que a direção da Fenajufe não é um corpo homogêneo, sendo uma entidade eleita por proporcionalidade. Ela é composta por uma direção majoritária e setores minoritários de oposição. Nosso coletivo de oposição nacional, LutaFenajufe, integra a atual direção nessa condição de oposição ao grupo majoritário, hegemonizado pelo campo cutista e aliados.

3 – O campo majoritário, que exerce hegemonia ao longo de várias gestões, intensificou, na atual gestão, seu caráter burocrático, e alheio às mobilizações reais que sempre moveram nossa categoria. Se, no governo Bolsonaro, a burocracia desse setor evitou o enfrentamento mesmo diante de um governo de extrema direita, abertamente anti-servidor e defensor da destruição do serviço público, no governo Lula, o governismo e a tentativa de atrelar a federação ao governo foram marcas centrais da política do campo majoritário na Fenajufe.

4 – Se a federação foi criada 32 anos atrás para fomentar a unidade, a política imposta pelo campo majoritário estimulou divisionismo a partir de vários fenômenos. Vimos a decepção da categoria pela ausência do

12º CONGREJUFE

enfrentamento real à magistratura, pela tentativa de blindar o governo impedindo tomada de posição contrária ao Arcabouço Fiscal - elemento central na luta pela defesa do serviço público e das carreiras do Judiciário Federal e MPU - e decisão de não construir um processo de greve para sair desse 40% do prejuízo remuneratório desses últimos 3 anos.

5 – A direção majoritária reduziu a luta política a iniciativas no Congresso Nacional, que, à exceção do NS para TJs, não trouxe mais do que migalhas para a categoria. A atuação seguiu no envio de ofícios a órgãos, e à busca de reuniões sem respaldo ou mesmo conhecimento da base, além de distorcer o papel do Fórum de Carreira do CNJ, tratando-o como se fosse uma mesa de negociação real. A aposta no Fórum, nos levou ao zero de reajuste, e a nenhum avanço no PCCS aprovado na plenária de Belém e ratificado em Natal. A majoritária e aliados abriu mão de toda discussão da categoria e agora anuncia em tom de vitória que tivemos sucesso em sair com uma proposta de Adicional de Qualificação condicionada à disponibilidade orçamentária dos tribunais, orçamento esse que vem sendo administrativamente usado para pagar penduricalhos à magistratura.

6 – Quando as Plenárias aprovaram greve, com muita pressão do nosso Coletivo e de outros setores, a direção nacional não impulsionou a mobilização nacional, pelo contrário, esvaziou a decisão. Não vimos seus sindicatos irem a campo construí-la efetivamente. Sem impor um enfrentamento real e unificado através de paralisações e greves – única linguagem compreendida pela magistratura e governo –, vimos a magistratura nadar de braçada no orçamento do Judiciário, e a base se decepcionar cada vez mais, procurando saídas alternativas ou individuais reduzindo o protagonismo da Federação, pavimentando o caminho para uma concorrência inédita e perigosa para toda a categoria.

7 – O setor majoritário alega que a luta por direitos e greves fragilizaria o governo em uma correlação de forças desfavorável. No entanto, a história mostra que, mesmo em momentos difíceis, quando a categoria se mobilizou, foi possível mudar a correlação de forças e garantir vitórias importantes. E que lutar por direitos combate o fascismo e a extrema direita, não o contrário.

8 – A decisão de acabar com o Regime Jurídico Único (RJU), votada em 06/11/2024 pelo STF representa, na prática, uma chancela para a Reforma Administrativa, eliminando a estabilidade dos servidores, abrindo espaço para maior precarização, clientelismo e terceirização e

12º CONGREJUFE

representando um duro ataque contra a expectativa da realização de novos concursos públicos. E justamente nesse momento a majoritária ensaia a saída do FONASEFE, Fórum aglutinador da resistência de todo o funcionalismo, protagonista na luta que barrou a PEC32 em 2021.

9 – A democracia na federação sofreu um enorme retrocesso em todos os processos que deveriam ser democráticos, participativos e transparentes. A direção chegou a não responder ofícios de sindicatos por criticarem a direção, ou quando havia tensionamento para buscar atuação real, na base, ou quando se buscava maior protagonismo dos Sindicatos, ou quando divergia do teor de notas que iludiam os servidores sobre a possibilidade de avanço via Fórum de Carreira. Manobras internas foram utilizadas para impedir a liberação de dirigentes da oposição – sem custo para a Federação - e decisões foram tomadas por dirigentes sem respaldo das instâncias deliberativas.

10 – Ainda sobre a questão democrática, as instâncias foram esvaziadas pela política do campo majoritário (CUT e aliados). A Fenajufe deveria atuar como elo de união, convocando Plenárias, Ampliadas e CDE para definir a linha política e a atuação nacional, além de executar as deliberações dessas instâncias. Sobre o CDE, inclusive, este foi esvaziado na sua competência e teve invertida a sua hierarquia em relação à Diretoria Executiva, contrariando o Estatuto da Federação.

11 - Após o final do ano, perdido, vemos tentativas de rever a atuação desastrosa da luta salarial e pelo PCCS, engendrando alguma movimentação que vem irremediavelmente atrasada. Nossa Coletivo LUTAFENAJUFE apontou há tempos que essa era a única saída e fizemos greve no dia 08/08, com a percepção de que se esse movimento fosse nacional e unificado poderíamos estar hoje em outro patamar. Mas não esmorecemos! Seguiremos atuando em defesa da categoria, no único espaço onde somos maioria e temos força: nas bases, na mobilização, na greve. Foi assim que alcançamos todas as nossas vitórias. É assim que alcançaremos mais essa.

*Sintrajud/SP - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SP
por LUCIANA MARTINS CARNEIRO*

12º CONGREJUFE

ENDOSSOS

Camila Gradin
Denise Carneiro
Isabella Gonçalves Leal

12º CONGREJUFE

3 – Balanço da Gestão e atuação da Fenajufe

TÍTULO:

Balanço da Gestão 2022-2025: Conquistas, Mobilização e Perspectivas Futuras

TEXTO:

A gestão 2022-2025 da Fenajufe se consolidou como um período de intensas lutas, conquistas históricas e avanços estruturais em defesa dos servidores do Poder Judiciário da União (PJU) e do Ministério Público da União (MPU). Ao longo desse ciclo, a Federação demonstrou uma atuação estratégica e articulada junto aos Três Poderes, resultando em vitórias que fortaleceram a carreira, os direitos e as condições de trabalho dos servidores.

Além das significativas conquistas na pauta da valorização e na reestruturação da carreira, esse período foi marcado por importantes iniciativas institucionais e transformações internas. Após a aprovação do novo estatuto, a Fenajufe alcançou uma paridade quase integral na direção, com a presença marcante de mulheres nos espaços de poder e decisão. Essa renovação na liderança não só ampliou a representatividade, mas também trouxe novas perspectivas e dinamizou a atuação sindical.

Principais Conquistas

Valorização da Carreira e Direitos dos Servidores

- Aprovação da Lei do Nível Superior (NS) para o PJU e MPU: Uma vitória histórica que tornou o nível superior requisito para o ingresso no cargo de Técnico Judiciário, reconhecendo a qualificação e valorizando a carreira dos servidores.
- Garantia da Não Absorção dos Quintos: A Fenajufe atuou fortemente para preservar os direitos adquiridos pelos servidores, evitando que os quintos incorporados entre 1998 e 2001 fossem absorvidos em reajustes futuros.

12º CONGREJUFE

- Projeto de Reestruturação da Carreira: Iniciativa pioneira que busca corrigir distorções, promover o desenvolvimento profissional e alinhar as remunerações às necessidades reais do serviço público.

Reajustes e Ampliação de Benefícios

- Reajuste de Benefícios via Emendas Legislativas: Conquista que garantiu melhorias para benefícios como auxílio-alimentação, assistência à saúde e auxílio-creche.
- Eliminação do Limite do IPCA para Benefícios: Permitiu que os reajustes se adequassem de maneira mais justa à realidade econômica, sem as restrições anteriormente impostas.
- Reajuste da Indenização de Transporte (IT): Essencial para segmentos como os oficiais de justiça, assegurando condições mais dignas para o desempenho de suas funções.

Mobilização e Pressão Política

- Derrubada de Três Votos Presidenciais: A articulação intensa no Congresso Nacional resultou na derrubada de vetos que ameaçavam direitos dos servidores, demonstrando a força e a capacidade de mobilização da categoria.
- Paralisações e Atos Nacionais: Em 2025, mobilizações estratégicas pressionaram os Três Poderes e contribuíram para o destravamento de negociações fundamentais para a valorização da categoria.

Fortalecimento Institucional e Novas Instâncias de Diálogo

- Aproximação com os Três Poderes: A Fenajufe estabeleceu um canal permanente de diálogo com o Executivo, Legislativo e Judiciário, garantindo que as demandas dos servidores fossem ouvidas e debatidas diretamente nos espaços decisórios.
- Organização do 11º Congrejufe: Evento que consolidou a unidade da categoria, servindo como plataforma para definir pautas estratégicas e fortalecer a atuação sindical.

Iniciativas Estruturantes e Participação Feminina

- Paridade e Renovação na Direção: Após a implementação do novo estatuto, a direção da Fenajufe alcançou a quase paridade de

12º CONGREJUFE

gênero, com forte presença feminina que enriqueceu a condução das lutas e promoveu uma gestão mais inclusiva e democrática.

- Criação do Conselho Deliberativo de Entidades: Uma iniciativa que estreita e fortalece a articulação com as entidades sindicais filiadas e amplia a representatividade da categoria.

- Estabelecimento de Comissões Regionais: A criação da Comissão Pro Fenajufe no Distrito Federal e na Paraíba, entre outras ações, demonstrou o compromisso da Federação em atuar de maneira descentralizada, conectando-se às realidades locais e regionais.

Perspectivas para 2025-2026

O balanço da gestão atual aponta para um futuro promissor, mas também para desafios que demandam uma estratégia unificada e o engajamento de todas as gerações da categoria:

1. Plano de Carreira e Reajuste Orçamentário:

- A expectativa é de que o plano de carreira, em debate no CNJ, seja aprovado e incorporado ao orçamento de 2026. Março de 2025 se configura como um mês decisivo para as negociações, exigindo mobilizações contínuas e articuladas entre os servidores.

- É fundamental que a pressão e o engajamento da categoria se mantenham, superando eventuais divisões internas e construindo um consenso que contemple os interesses de todos.

2. Fortalecimento do Sindicalismo e Inclusão das Novas Gerações:

- A renovação na Fenajufe necessita de um cenário de diversificação das lideranças. Esse processo deverá ser fomentado em seus estados pelas atuais lideranças, oportunizando novas pautas e reconectando o sindicato com os novos servidores.

- Estratégias de comunicação moderna e o fortalecimento do modelo de “sindicato cidadão” serão essenciais para atrair e integrar os profissionais mais jovens.

3. Consolidação da Agenda Unificada e do Diálogo Intergeracional:

- Superar as divergências entre gerações e cargos é crucial para o fortalecimento do movimento sindical. A nova gestão deve priorizar a construção de uma agenda que contemple tanto as demandas históricas quanto as inovações necessárias para o futuro.

12º CONGREJUFE

- O diálogo transparente e a inclusão de todas as vozes serão fundamentais para garantir que os avanços estruturais sejam acompanhados de melhorias nas condições de trabalho e na efetividade da prestação de serviços à sociedade.

Conclusão

O balanço da gestão 2022-2025 da Fenajufe revela uma trajetória marcada por intensas lutas, conquistas concretas e inovações institucionais que fortaleceram a representação dos servidores do PJU e MPU. Com a aprovação de medidas históricas, o engajamento contínuo nas mobilizações e a implementação de estruturas de diálogo – como o Conselho Deliberativo de Entidades e as comissões regionais – a Federação se projeta como uma entidade preparada para enfrentar os desafios futuros.

O compromisso com a valorização da carreira, aliado à participação ativa das mulheres, das pessoas com deficiência, população LGBT e negritude e à abertura para novas forças e perspectivas, consolida a Fenajufe como uma referência no sindicalismo do serviço público. Com uma agenda unificada e o diálogo intergeracional em pauta, a Fenajufe avança em direção a 2025-2026 com a firme convicção de que, unidos, os servidores poderão conquistar condições de trabalho mais dignas, justiça efetiva e um futuro promissor para toda a categoria.

A busca pela aprovação e implantação de tantas pautas da categoria, exigiu e ainda exige trabalho árduo, muito compromisso e disponibilidade para lutar em todas as frentes para arrancar conquistas para a categoria.

O Campo Democracia e Luta trabalhou e seguirá trabalhando muito para que as conquistas da categoria se ampliem.

Foi a partir desse compromisso com o diálogo e a construção unitária da luta, sem propor divisionismos e gerar desinformações que seguimos construindo nossa participação ao longo de toda gestão. Em uma conjuntura fiscal limitada, pautamos nossas propostas e entregamos conquistas. O legado da atual gestão para a que irá se formar no 12º Congrejufe é mais luta, mais desafios e mais investimento na unidade e no fortalecimento da categoria. Nesse novo momento que surgirá, pós Congrejufe, seguiremos trabalhando com muita qualidade técnica, politicamente engajados na defesa e organização responsável das lutas, equilibrando sempre a negociação com muita pressão construída pela

12º CONGREJUFE

categoria. Sem unidade não tem luta, e sem luta não há vitórias. Praticar o diálogo com a base para organizar as pautas e as lutas é fundamental. Praticar a negociação com as Administrações do Poder Judiciário da União, de forma soberana, propositiva, tecnicamente assertiva, politicamente independente é o caminho para avançar, representando os anseios da categoria na sua pluralidade. O desafio da unidade na pluralidade, em tempos de desinformação no seio da categoria existe mas sabemos como enfrentar e vencer a luta contra o divisionismo praticado pelos que abandonaram o projeto coletivo para construir na divisão dentro da categoria.

Retrospectiva da Atuação da Fenajufe:

Principais atuações da Fenajufe em 2022:

1. Posse da 11ª Diretoria Executiva (Maio/2022)

- Realizada no 11º Congrejufe, com aprovação da paridade de gênero e criação do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE).

2. Planejamento Estratégico da Nova Diretoria (Maio/2022)

- Reunião para definir ações com base nas resoluções do Congrejufe.

3. Vitória Judicial – Licença-Paternidade para Pais Solo (Junho/2022)

- STF concedeu 180 dias de licença para pais monoparentais após atuação da Fenajufe como amicus curiae.

4. 1º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência (9 e 10/07)

- Debate sobre acessibilidade e inclusão no PJU e MPU.

5. Encontro Nacional da Justiça Eleitoral – ENEJE (23 e 24/07)

- Discussão sobre demandas específicas desse segmento.

6. Encontro Nacional de TI (30 e 31/07)

- Análise das condições de trabalho e estruturação dessa área no Judiciário.

7. Reajuste do Auxílio-Saúde no TST (05/08)

- Valor elevado para R\$ 546,00, retroativo a julho/2022, com previsão no orçamento de 2023.

8. Reajuste da Indenização de Transporte (IT) no CJF (05/08)

12º CONGREJUFE

- IT aumentada de R\$ 1.479,47 para R\$ 2.075,88 após seis anos de congelamento.

9. Aprovação de Orçamento com Reajuste Salarial no STF (10/08)

- Orçamento aprovado com previsão de reajuste para servidores e magistrados.

10. Equiparação do Plano de Saúde na Justiça Eleitoral (12/08)

- Valor per capita fixado em R\$ 546,00, retroativo a julho/2022.

11. Reajuste dos Auxílios Alimentação e Pré-escolar no CJF (16/08)

- Benefícios reajustados em 32,27%, passando para R\$ 1.203,76 e R\$ 951,84, a partir de janeiro/2023.

12. Reajuste dos Auxílios no TSE (17/08)

- Confirmação dos mesmos valores estabelecidos pelo CJF.

13. Reajuste da IT na Justiça do Trabalho (26/08)

- Indenização de Transporte reajustada para R\$ 2.075,88.

14. Aprovação do NS no Senado (29/08)

- PL 3662/21 aprovado com emenda da Fenajufe, exigindo nível superior para técnicos judiciários.

15. Suspensão do Fechamento de Varas na JT (31/08)

- CSJT suspendeu o artigo 27 da Resolução 296/2021, que previa o fechamento e transferência de varas.

16. Envio dos PLs de Reajuste ao Congresso (08/09)

- STF encaminhou o PL 2441/22 (Judiciário) e o PL 2442/22 (MPU) com reajuste de 18% parcelado.

17. Reunião com Alexandre de Moraes (21/09)

- Discussão sobre segurança, horas extras e condições de trabalho durante as eleições.

18. Apresentação da Plataforma Política ao Presidente Lula (08/10)

- Entrega do documento com as pautas da categoria.

19. Declaração de Apoio a Lula no 2º Turno das Eleições (24/10)

- Fenajufe, Fenajud e Fenamp uniram forças contra o desmonte do serviço público.

12º CONGREJUFE

20. Reunião na Frente Parlamentar do Serviço Público (09/11)

- Deputado Rogério Correia confirmou a retirada da PEC 32/20 da pauta em 2022.

21. Suspensão da Residência Jurídica pelo CSJT (25/11)

- Após pressão da Fenajufe, o CSJT suspendeu a aplicação da medida que criava o “estagiário de luxo”.

22. Reunião inaugural do Conselho Deliberativo de Entidades – CDE (09/12)

- Primeira reunião do novo órgão consultivo da Fenajufe.

23. Comemoração dos 30 anos da Fenajufe (08/12)

- Evento marcou a trajetória de lutas e conquistas da entidade, fundada em 1992.

24. Derrubada do Veto ao NS no Congresso (15/12)

- Congresso derrubou o veto 51/22 de Bolsonaro, garantindo o NS para técnicos judiciários.

25. Aprovação dos PLs da Recomposição Salarial (21/12)

- PLs 2441 e 2442 aprovados com reajuste de 19,25% em três parcelas:
 - 6% (fevereiro/2023)
 - 6% (fevereiro/2024)
 - 6,13% (fevereiro/2025)

26. Retomada do Fórum Permanente de Gestão da Carreira (CNJ – 2023)

- Atendimento ao pedido da Fenajufe para retomada das discussões sobre carreira no Judiciário.

Encontros Realizados em 2022

- 09 e 10/07: Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência (PcD)
- 23 e 24/07: Encontro Nacional da Justiça Eleitoral (Eneje)
- 30 e 31/07: Encontro Nacional de TI
- 06 e 07/08: ConSaúde – Coletivo Nacional de Saúde
- 17 e 18/09: Conap – Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas
- 18 e 19/11: Colejur – Coletivo Jurídico Nacional
- 26 e 27/11: Encontro Nacional de Pretas e Pretos
- 03 e 04/12: Conan – Encontro Nacional de Analistas

12º CONGREJUFE

- 10 e 11/12: Encontro Nacional de Agentes e Inspetores da Polícia Judicial e do MPU

Resumo das Principais Conquistas:

- Reajustes nos auxílios (saúde, alimentação, pré-escolar e IT).
- Aprovação do NS para técnicos judiciários.
- Suspensão do fechamento de varas e da residência jurídica.
- Aprovação da recomposição salarial de 19,25%.
- Retomada do Fórum de Carreira no CNJ.
- Atuação decisiva contra a PEC 32/20.

Criação da Polícia Institucional do MPU (31 de dezembro de 2022): Fenajufe e entidades parceiras garantiram a criação da polícia institucional no MPU.

2023

O ano de 2023 foi marcado por intensas mobilizações e conquistas históricas, reafirmando o papel da Fenajufe na defesa dos direitos e na valorização dos servidores do PJU e MPU.

Ações e Vitórias Relevantes:

1. Fenajufe se pronuncia em defesa da democracia e repudia a barbárie dos atos do 8 de janeiro de 2023.
2. Abaixo-assinado contra a Resolução 481/2022: Petição com 10 mil assinaturas foi protocolada no CNJ para suspensão da Resolução que alterava regras para o trabalho remoto.
3. Sancionamento dos Projetos de Recomposição Salarial (10 de janeiro): Os projetos de recomposição salarial dos servidores do PJU e MPU foram sancionados sem vetos.
5. Defesa do Nível Superior para Técnicos: Fenajufe emitiu nota sobre a importância do NS para os técnicos após ataques à Lei nº 14.456/2022.
6. Parecer sobre a Acumulação de VPNI e GAE (2 de fevereiro): O Ministério Público do TCU atestou a legalidade da acumulação da VPNI e GAE para oficiais de justiça.

12º CONGREJUFE

7. Portaria sobre Auxílios (6 de fevereiro): Após articulação da Fenajufe, foi assinada a Portaria Conjunta nº 1, reajustando os valores do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar no PJU.
8. Mobilização por Suspensão da Resolução sobre Teletrabalho: Ato público e pressão pela suspensão da Resolução 481/2022.
9. Criação de Grupo de Trabalho no CNJ (15 de fevereiro): Criação de grupo de trabalho no CNJ para discutir reestruturação da carreira dos servidores do PJU.
10. Primeira Parcela da Recomposição Salarial (fevereiro): Pagamento da primeira parcela de 6% da recomposição salarial.
11. Admissão da Fenajufe como Amicus Curiae no STF (2 de março): STF aceita a Fenajufe como amicus curiae na ADI contra o Nível Superior (NS).
12. Defesa do NS para Técnicos do MPU: Fenajufe participou da aprovação de emendas no PL 2969/22, garantindo o NS para os técnicos do MPU.
13. Vitória na Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o NS: O procurador-geral da República se manifestou contra a ADI que contestava o NS.
14. Constitucionalidade do NS Confirmada pelo Senado: O Senado confirmou que o processo legislativo para o NS estava conforme a Constituição.
15. Criação de Grupo de Trabalho sobre Carreira no CNJ: Aprovação da criação do grupo de trabalho no Fórum Permanente de Gestão de Carreira.
16. Vitórias Legais (abril): Fenajufe obteve vitória quanto à constitucionalidade do NS para técnicos com manifestação favorável da Advocacia da União e Senado.
17. Luta pela Não Absorção dos Quintos: Fenajufe atuou pela não absorção dos quintos na recomposição salarial.

12º CONGREJUFE

18. Atuação no PL 2342/22: Trabalho ativo pela aprovação do PL que tratava da criação de funções no quadro do CNJ e não absorção dos quintos nas recomposições salariais.

19. XXIII Plenária Nacional da Fenajufe (novembro): A plenária nacional em Belém aprovou a reestruturação do plano de carreira.

20. Protocolos no CNJ e STF (dezembro): Fenajufe protocolou a minuta do projeto de lei da reestruturação da carreira dos servidores.

Outras Ações Importantes:

1. Fenajufe e Sindicatos aprovam resoluções e calendário de mobilização no encerramento do CDE – 4 de junho.

2. Fenajufe solicita implementação imediata das novas regras para assistência à saúde dos servidores – junho.

3. Vitória: Fachin nega seguimento à ADI que contesta o NS para os técnicos do PJU – 15 de junho.

4. CNJ mantém decisão do CSJT e suspende Residência Jurídica no Ramo JusLaboral – junho.

5. CSJT prorroga prazo para fechamento e transferência de varas na Justiça do Trabalho – prorrogação para 31 de janeiro de 2024.

6. Fenajufe solicita ao STF antecipação de parcela da recomposição salarial – 30 de junho.

7. Após intensa mobilização, desjudicialização é retirada do PL 4188/21 – 5 de julho.

8. Fenajufe lança campanha de mobilização pela antecipação da parcela da recomposição salarial para servidores do PJU e MPU – julho.

9. Fenajufe reafirma a importância da participação do Judiciário na Mesa Nacional de Negociação Permanente – 13 de julho.

10. Fenajufe participa da 1ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente sobre as pautas gerais do funcionalismo público – 25 de julho.

12º CONGREJUFE

11. Antecipa STF: em reunião com Fenajufe, Rosa Weber recebe pauta de reivindicações da categoria – 8 de agosto.
12. Acesso à justiça e chapéu: Federações do judiciário realizam oficinas na marcha das margaridas – 7ª edição da Marcha, 2023.
13. Vitória: projeto da não absorção dos quintos é aprovado no plenário do Senado – 29 de agosto.
14. Comissão Pró-Fenajufe DF: Federação convoca participantes para assembleia em formato híbrido – setembro.
15. Não absorção dos quintos: Executivo veta as emendas da Fenajufe no PL 2342/22 – 21 de setembro.
16. Antecipa já: Fenajufe protocola petições no STF e PGR com mais de 22 mil assinaturas – 21 de setembro.
17. Fenajufe orienta mobilização pela derrubada dos vetos nº 10/23 (MPU) e 25/23 (PJU) para garantir direitos aos servidores – 26 de setembro.
18. Fenajufe Agora: conheça e siga o novo canal da Federação no WhatsApp – outubro.
19. Fenajufe participa do lançamento da Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária – 18 de outubro.
20. Fenajufe e entidades da Argentina e do Uruguai reafirmam luta pela classe trabalhadora na América Latina – 26 e 27 de outubro, Buenos Aires.
21. Decisão do CJF concede até 10 folgas mensais ou compensação financeira a juízes federais – novembro.
22. Unidade: Sinsjustra-RO/AC manifesta desejo de filiação à Fenajufe – novembro.
23. Resoluções: delegados e delegadas reafirmam unidade e aprovam proposta unitária sobre carreira – XXIII Plenária Nacional da Fenajufe, Belém do Pará-PA, 23 a 26 de novembro.

12º CONGREJUFE

24. Fenajufe completa 31 anos de lutas e conquistas para os servidores do PJU e MPU – 8 de dezembro.

25. Conselho da OAB adia análise do pedido de ADI contra o NS dos técnicos do PJU – dezembro.

26. Vitória! Após forte mobilização, governo e oposição fecham acordo e votam pela derrubada dos vetos 10 e 25/23 – 14 de dezembro.

27. Fenajufe protocola minuta de projeto de lei para reestruturação da carreira dos servidores do PJU – 14 de dezembro.

28. Refiliação: Fenajufe comemora retorno do Sinsjustra-RO/AC e amplia luta pela unidade da categoria – dezembro.

Encontros Realizados em 2023:

- 7/3: Reunião dos Auxiliares – Virtual.
- 14 e 15/4: Encontro do Coletivo de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais – Cojaf.
- 21 e 22/4: Encontro Nacional de Carreira.
- 24 e 25/6: Encontro Nacional de LGBTQIAP+ da Fenajufe.
- 29 e 30/9: Encontro Nacional do Coletivo Jurídico da Fenajufe (Colejur).
- 23 a 26/11: Plenária Nacional da Fenajufe em Belém do Pará-PA.

Essas ações, vitórias e encontros demonstram o compromisso da Fenajufe com a defesa dos direitos dos servidores e com a luta por uma carreira pública mais justa e valorizada.

ATIVIDADES – FENAJUFE 2024

MARÇO 2024

• 8M – Atividades Sindicais em Homenagem às Mulheres

Sindicatos de base realizaram diversas ações (entrega de botons, caminhadas, debates virtuais) para celebrar o Dia Internacional das Mulheres.

• Audiência no STJ para Correção dos Quintos Absorvidos

Em 12 de março, a Fenajufe participou de audiência com o ministro Sérgio Luiz Kukina para discutir o pagamento retroativo dos quintos

12º CONGREJUFE

absorvidos na primeira parcela da recomposição salarial de fevereiro de 2023.

- Envio de Memoriais ao CJF**

Em 13 de março, a Federação encaminhou memoriais a todos os conselheiros do CJF defendendo o pagamento retroativo dos quintos da parcela de fevereiro de 2023.

- Apresentação do Anteprojeto de Reestruturação ao STF**

Em audiência com a ministra Cármem Lúcia (13/03), a Fenajufe apresentou o anteprojeto de reestruturação da carreira dos servidores do PJU, reforçando a importância da valorização.

- Diálogo com a Liderança do PT na Câmara**

No dia 15 de março, a Fenajufe levou à liderança do PT pautas sobre democratização do Judiciário, defesa da Justiça do Trabalho, desjudicialização, polícia judicial, aposentadoria e pensões.

- Encerramento do Encontro do Conselho Deliberativo das Entidades (CDE)**

Em 16 de março, o CDE reuniu 20 sindicatos e 42 representantes, aprovando propostas que fortaleceram a mobilização da categoria.

- Sessão Solene na Câmara em Homenagem aos Oficiais de Justiça**

Em 20 de março, a Fenajufe participou de sessão solene para homenagear os oficiais de justiça, antecipando a celebração do Dia Nacional do Oficial.

- Apresentação do Anteprojeto ao Ministro Cristiano Zanin (STF)**

Em 21 de março, o anteprojeto de reestruturação da carreira foi apresentado ao ministro Cristiano Zanin, destacando a importância da valorização da categoria.

- Reunião com o Deputado Reimont – PEC 133/2019 e PEC 555/2006**

Em 22 de março, a Fenajufe se reuniu com o deputado Reimont para discutir pautas sobre aposentadoria especial para servidores com deficiência e redução da contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas.

- Homenagem aos Oficiais de Justiça**

Em 25 de março, foram celebrados os direitos dos oficiais de justiça, conforme o Dia Nacional instituído pela Lei 13.157/2015.

12º CONGREJUFE

ABRIL 2024

- **Ofício sobre Férias Não Gozadas**

A Fenajufe encaminhou ofício ao presidente do CNJ e do STF solicitando alteração na Instrução Normativa nº 66/2020 para garantir indenização a servidores que não puderam usufruir suas férias.

- **Reunião no CNJ – Combate ao Assédio e Diálogo sobre Carreira**

Em 3 de abril, a Federação reuniu-se com a conselheira Renata Gil para discutir estratégias de combate ao assédio moral e abrir diálogo sobre a reestruturação da carreira.

- **Reunião com o CSJT**

Em 10 de abril, a Fenajufe participou de reunião virtual com o secretário-geral do CSJT, focando no anteprojeto de reestruturação das carreiras do PJU e MPU.

- **Audiência no TST**

No mesmo dia 10 de abril, a Fenajufe apresentou o anteprojeto de reestruturação em audiência no TST, com o diretor-geral Gustavo Caribé.

- **Reunião no STM**

Em 16 de abril, a Federação reuniu-se com o diretor-geral do STM, Nader Motta, para debater o anteprojeto, protocolado em dezembro de 2023.

- **Audiência no STJ**

Em 17 de abril, a Fenajufe participou de audiência com o diretor-geral do STJ, Sérgio José Américo Pedreira, debatendo a proposta que integra diversos segmentos da carreira.

- **Reunião com o STF**

Em 23 de abril, durante encontro com o diretor-geral do STF, Eduardo Toledo, foi confirmada a participação do STF no Fórum Permanente de Gestão da Carreira do CNJ.

- **Apresentação no Fórum de Carreira do CNJ**

Em 24 de abril, a Fenajufe apresentou o anteprojeto de reestruturação da carreira em reunião híbrida, com a contribuição de todos os segmentos do PJU.

- **Defesa na Câmara dos Deputados**

12º CONGREJUFE

Em 25 de abril, a Federação levou pautas sobre aposentadoria especial para servidores com deficiência e a competência da Justiça do Trabalho aos gabinetes dos deputados.

MAIO 2024

- Nota de Solidariedade às Vítimas das Enchentes**

No início de maio, a Fenajufe emitiu nota de solidariedade à população do Rio Grande do Sul afetada por enchentes.

- Anteprojeto para Assejus e AnatecJus**

No início de maio, a Federação reuniu-se com representantes de Assejus e AnatecJus para apresentar o anteprojeto de reestruturação das carreiras do PJU e MPU.

- Participação no 25º Congresso Internacional de Oficiais de Justiça**

Entre 6 e 10 de maio, representantes da Fenajufe participaram do congresso no Rio de Janeiro, marcando a presença internacional pela primeira vez.

- Dia Nacional de Luta pela Reestruturação**

Em 9 de maio, Fenajufe e sindicatos mobilizaram intensamente em Brasília, atuando em órgãos como STF, CNJ e CJF, conforme o calendário de lutas do CDE.

- Reunião sobre Adicionais de Qualificação e Reenquadramento no CSJT**

Em 9 de maio, a Fenajufe e Assejus debateram temas como adicionais de qualificação (AQ) e o reenquadramento dos auxiliares judiciários no CSJT.

- Congresso Internacional de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação**

Nos dias 13 e 14 de maio, a Fenajufe participou do congresso em Brasília, promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Magistratura (Sinditamaraty), com foco no enfrentamento ao assédio.

- Reunião Virtual com o MGI sobre Auxílio-Nutrição para Aposentados**

Após encaminhamentos jurídicos, a Fenajufe, com a AJN, reuniu-se com o Secretário de Gestão de Pessoas do MGI para propor a implementação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas.

12º CONGREJUFE

- Reunião com o TRT21 em Natal**

Em 23 de maio, a Fenajufe e o Sintrajurn/RN reuniram-se com o presidente do TRT21 para discutir apoio ao anteprojeto de reestruturação e defesa da competência da Justiça do Trabalho.

- XXIV Plenária Nacional da Fenajufe em Natal**

Após três dias de debates, representantes de 24 sindicatos se reuniram em Natal, aprovando o Plano de Lutas e definindo o Dia Nacional de Mobilização.

- Novo Coordenador do Fórum de Carreira do CNJ**

Em 29 de maio, o CNJ apresentou o novo coordenador do Fórum Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do PJU, com forte participação da Fenajufe.

JUNHO 2024

- Pedido de Ingresso como Amicus Curiae nas ADIs – Marco das Garantias**

Em junho, a Fenajufe, por meio da AJN, solicitou ingresso como amicus curiae nas ADIs 7608 e 7601, que questionam alterações da Lei nº 14.711/2023 (Marco Legal das Garantias).

- Reunião com Ministro Barroso sobre o Anteprojeto de Reestruturação**

Em 3 de junho, a Fenajufe reuniu-se com o ministro Luís Roberto Barroso para discutir o anteprojeto de reestruturação, contando com a participação do diretor-geral do STF e assessorias.

- Reunião com o CSJT sobre Provimento de Cargos**

Em 12 de junho, a Federação reuniu-se com a secretária-geral adjunta do CSJT para cobrar esclarecimentos sobre a não convocação de cargos previstos na LOA 2024 e discutir questões relativas ao auxílio-saúde e recomposição salarial.

AGOSTO 2024

- Ato Nacional pela Reestruturação da Carreira**

Em 8 de agosto, 25 sindicatos de base enviaram representantes à Praça dos Três Poderes em Brasília, pressionando o STF a encaminhar o anteprojeto de reestruturação ao Legislativo.

12º CONGREJUFE

- **Reunião Geral do Fórum de Carreira – Adicionais de Qualificação**

Em 8 de agosto, durante a 15ª sessão do Fórum de Carreira, os integrantes concordaram com melhorias nos adicionais de qualificação e na possibilidade de acumulação, conforme o anteprojeto apresentado.

- **Reunião com o Ministério Público do Trabalho**

A Fenajufe reuniu-se com a Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis) do MPT para discutir o combate ao assédio moral e práticas antissindicais no Judiciário.

- **Publicação da Resolução do CJF sobre Mandato Classista**

Em 8 de agosto, o CJF publicou a Resolução nº 898/2024, que regulamenta a licença para desempenho de mandato classista na Justiça Federal.

- **Reunião com o CSJT – Cobrança de Nomeações e Auxílio-Saúde**

Em 12 de agosto, a Fenajufe se reuniu com a secretária-geral adjunta do CSJT para cobrar as nomeações pendentes e discutir o piso do auxílio-saúde, além da antecipação da terceira parcela da recomposição salarial.

- **Reunião do Subgrupo 1 do Fórum de Carreira**

Em 20 de agosto, o subgrupo 1, responsável pela descrição de cargos, ratificou a proposta da Fenajufe e cobrou celeridade nos debates.

SETEMBRO 2024

- **Audiência Pública na Câmara – Direitos dos Aposentados**

Em 3 de setembro, a Fenajufe participou de audiência na Câmara dos Deputados para defender os direitos de aposentados e pensionistas, discutindo propostas para o fim da taxação previdenciária.

- **Reunião Virtual com o MGI – Auxílio-Nutrição para Aposentados**

A Fenajufe, em conjunto com a AJN, reuniu-se com o Secretário de Gestão de Pessoas do MGI para propor a implementação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas.

- **Audiência com o CSJT – Auxílio-Saúde na Justiça do Trabalho**

Em 10 de setembro, a Federação se reuniu com o secretário-geral do CSJT para discutir a uniformização do auxílio-saúde na Justiça do Trabalho, conforme a Resolução CNJ nº 500/23.

- **Encerramento do Encontro Nacional do Conap**

12º CONGREJUFE

Em 15 de setembro, o Encontro do Coletivo Nacional de Aposentados, Aposentadas e Pensionistas (Conap) foi encerrado com aprovação de mudanças no regimento interno e apresentação de propostas.

- Reunião com o STM – Pagamento Retroativo da VPI**

Em 18 de setembro, a Fenajufe reuniu-se com o diretor-geral do STM para discutir o pagamento retroativo da VPI referente ao período de 1º de julho de 2016 a 1º de janeiro de 2019.

- Autorização do CJF para Pagamento da VPI**

Em 23 de setembro, o CJF autorizou o pagamento retroativo e atualizado da VPI para os servidores da Justiça Federal, referente ao período de 21 de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

- 2º Encontro Nacional de PCD**

Em 22 de setembro, o 2º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência da Fenajufe encerrou com debates sobre comunicação inclusiva e propostas encaminhadas à diretoria executiva.

- Reconhecimento Administrativo da VPI pelo TSE**

Em 23 de setembro, o TSE reconheceu administrativamente o direito ao pagamento da VPI para os servidores da Justiça Eleitoral, cobrindo o período de 22/07/2016 a 31/12/2018.

- Audiência Pública sobre Inteligência Artificial**

Em 25 de setembro, a Fenajufe acompanhou audiência no CNJ para discutir a regulamentação do uso de inteligência artificial no Poder Judiciário.

OUTUBRO 2024

- Reunião com a Secretaria de Gestão de Pessoas do CSJT**

Em 2 de outubro, a Fenajufe reuniu-se com a nova secretária do CSJT, Janaina Luciana de Lima Gomes, para tratar de pautas da categoria, incluindo auxílio-nutrição, reenquadramento dos auxiliares e reestruturação da carreira.

- Reunião no TCU sobre Não Absorção dos Quintos**

Em 14 de outubro, a Fenajufe reuniu-se com o chefe de gabinete do ministro Walton Alencar Rodrigues para debater o pedido de vista e o pagamento retroativo dos quintos absorvidos na recomposição salarial.

12º CONGREJUFE

• Reunião com a Casa Civil

Em 15 de outubro, a Federação apresentou suas principais pautas à assessoria especial do ministro Alexandre Padilha, buscando apoio institucional para a reestruturação.

• Aprovação na CCJ do Senado para Inclusão dos Oficiais de Justiça

Em 16 de outubro, a CCJ do Senado aprovou por unanimidade o parecer favorável ao PL 4256/2019, que inclui os oficiais de justiça no rol de servidores autorizados a portar armas.

• Encerramento do II Encontro Nacional de Pretas e Pretos

Em 20 de outubro, o II Encontro Nacional (Coletivo) da Fenajufe de Pretas e Pretos concluiu debates e encaminhou propostas para a Diretoria Executiva.

• Reunião com o Advogado-Geral da União

Em 22 de outubro, a Fenajufe reuniu-se com o advogado-geral da União, Jorge Messias, para discutir as ADIs 7709 e 7710, que questionam o NS para os técnicos do PJU e MPU.

CONCLUSÃO

Como demonstrado no balanço de atividades de 2024, as ações da gestão da Fenajufe, que contou com ampla articulação e participação do campo Democracia e Luta para alcançar resultados efetivos, segue demonstrando uma intensa mobilização e articulação em diversas instâncias do Judiciário. As atividades refletem o compromisso contínuo com a reestruturação da carreira, a valorização dos servidores e a democratização do Judiciário, bem como a defesa dos direitos dos aposentados, a melhoria das condições de trabalho e o fortalecimento do serviço público.

ATIVIDADES – FENAJUFE 2025

Período: Janeiro a Fevereiro 2025

JANEIRO 2025

1. Ato pelo Dia Nacional dos Aposentados

- Data: 27 de janeiro de 2025
- Atividade: Participação na 2ª Marcha dos Aposentados, Aposentadas e Pensionistas em Brasília.

12º CONGREJUFE

- Detalhes:
- Manifestação iniciada na Praça dos Três Poderes e seguida até o Anexo I do Palácio do Planalto.
- Recepção dos participantes pelo assessor da Secretaria de Diálogos do governo.
- Pautas apresentadas incluíram a revogação da Reforma da Previdência (EC 103/19) e a aprovação da PEC 6/2024 (com apensamento à PEC 555/06) para eliminar gradualmente a contribuição previdenciária dos servidores aposentados.
- A coordenação destacou a necessidade de o governo atuar tanto no STF quanto no Legislativo para atender às demandas do segmento, lembrando as promessas do presidente Lula.

2. Proposta de Auxílio-Nutrição para Aposentados

- Objetivo:
 - Implementar o auxílio-nutrição como alternativa à perda do auxílio-alimentação, garantindo segurança alimentar, qualidade de vida e saúde aos aposentados, em consonância com a Constituição e a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

FEVEREIRO 2025

1. Convocação para Mobilização Nacional

- Data: Comunicação enviada em 31 de janeiro de 2025 (efetivada em fevereiro)
- Atividade: Envio de ofício aos sindicatos de base convocando a participação em atos de mobilização.

• Calendário de Atos:

- 7 de fevereiro: Lançamento da campanha com manifestações nos estados e no Distrito Federal.
- 11 de fevereiro: Mobilização em frente ao Ministério Público da União (CNMP), às 9h.
- 12 de fevereiro: Ato em frente ao STF, às 14h, durante a sessão de julgamento.
- 20 de março: Greve nacional dos servidores do PJU e MPU (data já programada).

2. Julgamento da ADI 7709 no STF – NS no PJU

- Data: Julgamento marcado para iniciar em 14 de fevereiro (sessão virtual até 21 de fevereiro)

12º CONGREJUFE

- Atividade: Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a exigência de nível superior para técnicos do PJU.
- Atuação da Fenajufe:
- Através da Assessoria Jurídica Nacional, a Federação solicitou a retirada de pauta para requerer sustentação oral, enfatizando a importância da manutenção do NS.

O pedido de retirada de pauta foi negado, o Ministro Zanin, relator da ADI apresentou voto pela constitucionalidade do Nível Superior para o cargo de Técnico Judiciário. Apesar do voto divergente apresentado pelo ministro Alexandre de Moraes e seguido pelo ministro Flávio Dino, a expectativa é de mais uma vitória, desta vez definitiva, na questão da constitucionalidade da exigência do Nível Superior para o cargo de Técnico Judiciário, coroando essa gestão com a finalização da entrega de um dos pleitos mais importantes da categoria.

3. Análise do Adicional de Qualificação (AQ) no STF

- Data: Reunião em 12 de fevereiro de 2025
- Atividade:

O coordenador do Fórum de Carreira confirmou que a proposta de AQ – que inclui critérios como aumento percentual para especialização, mestrado, doutorado e certificações – foi apresentada ao STF e está em análise em sessão administrativa.

4. Procedimento de Controle Administrativo (PCA) para Auxílio-Saúde

- Data: 13 de fevereiro de 2025
- Atividade: Ingresso de PCA junto ao CSJT para sustar os efeitos dos atos que impõem restrições ao auxílio-saúde dos servidores da Justiça do Trabalho.
- Objetivos do PCA:
- Contestar o teto de R\$ 546,00 para o benefício e a suspensão do acréscimo de 50% no reembolso para grupos vulneráveis.
- Buscar a manutenção de um auxílio-saúde justo e proporcional.

5. Reunião com o Diretor-Geral do STF – Mobilização e Pautas da Categoria

- Data: 13 de fevereiro de 2025
- Atividade: Encontro com o diretor-geral do STF, Eduardo Toledo, após um ato de mobilização.
- Principais Pautas Discutidas:
- Encaminhamento do Adicional de Qualificação (AQ).
- Reajuste salarial previsto para 2026.

12º CONGREJUFE

- Avanço do anteprojeto de reestruturação da carreira.
- Compromisso: O STF se comprometeu a encaminhar essas demandas, conforme já debatidas em fóruns anteriores.

CONCLUSÃO

Entre janeiro e fevereiro de 2025, a Fenajufe demonstrou forte atuação em defesa dos direitos dos servidores, com mobilizações, articulações jurídicas e reuniões estratégicas.

A participação no ato em Brasília pelo Dia Nacional dos Aposentados e a convocação para uma mobilização nacional reforçaram a importância da unidade da categoria. Além disso, medidas como o ingresso de procedimentos de controle administrativo e a articulação para o julgamento das ADIs no STF demonstram o compromisso da Federação e do campo político Democracia e Luta em assegurar melhorias concretas para a carreira dos servidores do PJU e MPU.

A luta segue com o objetivo de garantir um orçamento adequado, a implementação do Adicional de Qualificação, reajustes de benefícios e a preservação dos direitos adquiridos, preparando o terreno para as mobilizações e desafios de 2025.

LUCENA PACHECO MARTINS - RJ

APOIO

Anny Figueiredo
Soraia Marca
Mara Weber
Sandra Cristina
Vera Pinheiro
Helena Cruz

ENDOSSOS

Anny Figueiredo
Helena Cruz
Paula Meniconi